

Precisamos falar sobre racismo e desigualdade social na academia e no campo editorial brasileiros

DOI
<http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2020.174716>

Laura Moutinho

Universidade de São Paulo | Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas | Departamento de Antropologia | São Paulo, SP, Brasil | lmoutinho@usp.br | <https://orcid.org/0000-0001-6479-2711>

Pedro de Niemeyer Cesarino

Universidade de São Paulo | Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas | Departamento de Antropologia | São Paulo, SP, Brasil | pedrocesarino@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-4158-7712>

Sylvia Caiuby Novaes

Universidade de São Paulo | Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas | Departamento de Antropologia | São Paulo, SP, Brasil | scaiuby@usp.br | <https://orcid.org/0000-0002-7415-2010>

Assumir a racialização que sempre marcou o lugar do outro é assumir o aspecto fundamentalmente relacional da produção de sentido, não apenas de identidade, mas sobretudo de conhecimento. Não é mais possível às ciências sociais brasileiras habitarem este lugar da universalidade ocidental – lugar que nos engloba, mas não nos pertence.

Luena Nascimento Nunes Pereira

“*I can't breathe...*”. No auge da pandemia provocada pela Covid-19, uma doença sistêmica provocada pelo SARS-CoV-2, um vírus altamente letal e que provoca dificuldades respiratórias, o mundo ouviu a frase sussurrada por George Floyd, um homem negro, em Minnesota, pouco antes de morrer sob os joelhos de um policial branco.

25 de maio de 2020. Esse dia e essa frase ecoam o desespero de mais de 70 pessoas em diferentes momentos que, pelo que nos informa o jornal estadunidense *New York Times*, vocalizaram essas palavras antes de morrer sob a custódia da polícia. Mais da metade eram homens negros¹.

#*SayHerName* é o mote da campanha, iniciada pelo *African American Policy Forum*, para chamar atenção não apenas à violência assassina da polícia contra mulheres e meninas negras, mas para acionar sua memória, verbalizando seus nomes e oferecendo apoio a familiares².

“*Enough Is Enough...*” tem sido uma das frases proferidas durante as manifestações que tomaram as ruas, inicialmente, nos Estados Unidos e, posteriormente, no mundo, contra o racismo.

Black Lives Matter. Das ruas, as manifestações mostraram força pela abrangência com que se espalharam por diferentes cenários em escalas jamais vistas. Após o assassinato de George Floyd, já foram reportadas mais de 7.700 manifestações associadas ao movimento criado em 2013, o *Black Lives Matter*, em 2 mil localidades nos Estados Unidos.

1 | <https://www.nytimes.com/interactive/2020/06/28/us/i-cant-breathe-police-arrest.html>
Último acesso 27/08/2020.

2 | <https://aapf.org/sayhername>
Último acesso 27/08/2020.

Em junho, não sem surpresa, o mercado das publicações científicas estadunidense parou por um dia: pesquisadoras e pesquisadores e editoriais de periódicos suspenderam suas atividades protestando contra o racismo na academia. O trabalho científico e suas formas de divulgação foram inquiridos pela maneira como se constroem, a partir de uma estrutura de privilégios que exclui negros e negras e outras pessoas não brancas.

O movimento *#ShutDownSTEM* (STEM – sigla em inglês que agrupa ciência, tecnologia, engenharia e matemática) conclamava que seus profissionais refletissem sobre o racismo em suas respectivas áreas e que procurassem criar medidas contra sua perpetuação.

De acordo com a *Nature*, que aderiu ao movimento, a campanha “*Strike for Black Lives*” envolveu mais de 5 mil pesquisadores e pesquisadoras, associações científicas, universidades e editoras e editores. Esse processo de reflexividade não se limitou aos Estados Unidos. Três editoras científicas engrossaram os protestos, comprometendo-se em revisar suas formas de agir, pensar e se organizar, são elas: *Hachette*, *Simon & Schuster* e *Penguin Random House*.

Esse movimento político, científico e editorial tampouco ficou restrito ao mundo anglófono ou do Norte Global. No Brasil, a maior editora do país, a Companhia das Letras, adotou uma série de medidas no sentido de combater o racismo, que também a estrutura, criando um cargo de “editor da diversidade”, abrindo espaço para a diversidade racial, étnica, de orientação sexual e de gênero de suas publicações, autores e autoras. Espera-se, com essa nova política corporativa, ampliar e rever “linguagens, discursos e personagens [...] excluídos do mundo editorial”, conforme o historiador que ocupa o novo cargo³.

Um movimento que se espalha pelo globo não pode nos enganar em termos geopolíticos. A *realidade do racismo* se estrutura diferentemente em cada contexto nacional, como vem sendo destacando reiteradamente (Moutinho 2004, 2010; Lopes & Moutinho 2012). Os Estados Unidos, país produtor de desigualdade em escala mundial, funcionam como exemplo apenas até certo ponto. A estrutura de privilégios no Brasil obedece a outras lógicas, inclusive na academia.

Ainda que, neste momento, soe-nos fundamental enfrentar inclusive o racismo científico, vale lembrar que mesmo perspectivas acadêmicas reconhecidas como a eugenia não foram apropriadas de modo unívoco em cada contexto nacional e, especialmente, no que hoje chamamos de Sul Global: as apropriações sul-africanas e brasileiras e a não-pregnância nesses contextos de argumentos ventilados no Norte, funcionam para endossar a reflexão aqui proposta (Moutinho, 2004; Moutinho & Carrara, 2010).

Neste debate, é fundamental lembrar que no Brasil, que foi um dos últimos países a abolir a escravatura, pessoas que se autodeclararam pretas e pardas constituem quase 56% da população, segundo dados do IBGE⁴.

3 | Consultar <https://www.geledes.org.br/companhia-das-letras-tenta-combater-racismo-nomeando-editor-de-diversidade/>, acesso em 30 de agosto de 2020.

4 | Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403>, acesso em 30 de agosto de 2020.

Concomitantemente, a presença dessa maioria da população nas universidades, nos postos de liderança no trabalho, entre parlamentares e no Judiciário é desproporcionalmente reduzida. O que chama atenção, comparativamente, é sua vulnerabilidade, especialmente a de jovens negros frente às forças policiais, à criminalização da raça e da pobreza no Brasil, bem como à recente a tragédia da Covid-19.

São devastadoramente numerosos os casos de racismo no Brasil, tão silenciados e invisibilizados. Momentos de crise, como o suscitado pelo assassinato cruel de George Floyd, aliado ao negacionismo dos governantes com relação à pandemia da Covid-19, convocam renovadas ações e reflexões.

Tudo isso, que repercutiu tanto – mas não apenas – em língua inglesa e na produção científica e editorial estadunidense, poderia ter acontecido no Brasil. Mas não aconteceu. Ou aconteceu? George Floyd foi morto nos Estados Unidos. São muitos os George Floyd que padecem sob as mãos da brutalidade policial nas periferias e favelas brasileiras. Então, foi no Brasil o assassinato? Foi. Mas, aqui, ninguém se considera racista: “todo mundo” tem “amigos negros”. Quem não tem um ancestral negro ou negra? Estamos no país da miscigenação, certo? Será que um traço fenotípico, um acessório, bastam para performatizar o antirracismo? Palavras e expressões mostram que são tantos os enganosos sinais do... auto-engano. Não foi no Brasil que George Floyd morreu. Mas o país mata com gestos, palavras e políticas muitas pessoas negras e, especialmente, as mais pobres.

E você, leitor ou leitora, se considera racista? O que é racismo? Quem pode ser considerado racista? Essas não são perguntas banais no Brasil. Toda uma geração de acadêmicas, acadêmicos e militantes se esforçou para mostrar que “existia racismo no Brasil”. Se Florestan Fernandes trouxe os pobres e os negros para a teoria social, produzindo, concomitantemente, uma nova representação de nação – agora marcada pelo racismo e pela exclusão –, outros e outras, a partir da década de 1980, começaram a forçar as estruturas políticas e epistemológicas de seus campos de atuação, como fizeram Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Eduardo de Oliveira e Oliveira, Sueli Carneiro, entre tantas e tantos.

Luena Nascimento Nunes Pereira abre o volume atual inquirindo essas estruturas na academia brasileira e, em especial, na produção antropológica. Em reflexão intitulada “Alteridade e raça entre África e Brasil: branquidade e descentramentos nas ciências sociais brasileiras” – fruto da conferência proferida no 43º Encontro Anual da ANPOCS, realizado em Caxambu-MG, em 2019, que a *Revista de Antropologia* tem o privilégio de publicar –, a autora problematiza a construção racializadora do “outro” na produção das Ciências Sociais.

A eleição do presidente Jair Bolsonaro, a gramática moral que informa sua ascensão e a complexa produção de subjetividades políticas, engajamento comunitário e práticas de voto entre moradores das periferias da zona sul de São Paulo são analisados no artigo intitulado “Between ‘Us’ and ‘Them’: Political Subjectivities

in the Shadows of the 2018 Brazilian Election”, de autoria de Charles Klein, Milena Mateuzi Carmo e Alessandra Tavares. Interessante notar como o desencanto com a política institucional não elide a prática política e o engajamento na vida cotidiana.

O tema do racismo é abordado a partir de outro viés e outro contexto por Antonia Olmos Alcaraz no artigo “Racismo, racialización e inmigración: aportaciones desde el enfoque de(s)colonial para el análisis del caso español”. No texto, a autora provoca o leitor e a leitora a pensar sobre os processos de racialização entre imigrantes marroquinos em espaço escolar e procura contribuir para o debate mais amplo a partir de um aporte de(s)colonial.

Exclusão e erotismo são debatidos no artigo “‘Alguém a fim?’: uma etnografia on-line em salas de bate-papo na fronteira Brasil-Bolívia” de autoria de Carla Cristina de Souza e Tiago Duque. Nesse texto, elaborado a partir de uma etnografia em ambiente virtual e região de fronteira (Brasil-Bolívia), o público leitor se aproxima das relações de gêneros dissidentes e de sexualidades disparatadas.

A temporalidade complexa do processo transexualizador é analisada por Camilo Braz e Anderson Santos Almeida no artigo “Espera, Paciência e Resistência – reflexões antropológicas sobre transexualidades, curso da vida e itinerários de acesso à saúde”. A análise se desenrola seguindo dois contextos da cidade de Goiânia com mulheres e homens trans que acessam a possibilidade de atuar sobre seus corpos por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Interessante notar como a “espera”, categoria central da análise, articula e produz corpo, gênero e vida.

Com base em etnografia realizada no Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira, no Rio de Janeiro, Felipe Magaldi oferece reflexões sobre o uso de psicofármacos em instituições psiquiátricas que atendem pessoas em situação social precarizada no artigo “Nas tramas da poção mágica: psicofármacos e criatividade em um hospital psiquiátrico do Rio de Janeiro”. É assim que discussões sobre biopolítica são contrastadas com os agenciamentos e vetores de relações produzidos pelo uso dos fármacos, que deixa de ser compreendido de maneira puramente isolada.

Ainda no que se refere ao acesso ao sistema público de saúde no Brasil, Valdir Aragão do Nascimento explora, em “Subvertendo a Ordem: Os Indocumentados e as Estratégias de Acesso à Saúde na fronteira de Ponta Porã/BR e Pedro Juan Caballero/PY”, as estratégias dos indocumentados em tal região de fronteira, que mobilizam redes de solidariedade e relações ambíguas de confiança e legalidade.

Em “Um lugar onde se achar. Deslocamentos e rituais entre os Guarani do Chaco boreal paraguaio”, María Eugenia Domínguez mostra como o Chaco é transformado em um lugar guarani através da ação ritual e da produção estética, oferecendo assim, por meio de uma etnografia detalhada, novos elementos para a compreensão das redes de relação e concepções do espaço para tais coletivos, que não perfazem uma totalidade coesa e hierárquica.

Ainda no que se refere às redes ameríndias de relação, Luis Cayón, em “Disputas

fraternas e chefia bicéfala: hierarquia e heterarquia no Alto Rio Negro”, examina as relações de competição e de poder entre irmãos nos complexos sistemas sociais de tal região. O estudo oferece elementos importantes para a compreensão das relações entre chefia e xamanismo nas terras baixas sul-americanas, tendo em vista as polêmicas em torno da possibilidade ou não de produção do Estado na Amazônia. Tema candente da etnologia americanista, o debate sobre hierarquia entre sociedades indígenas deve ainda oferecer contrapontos interessantes, na medida mesma de sua alteridade radical, para a compreensão da conturbada política brasileira e o presente estado de crise da democracia.

Fecham o número duas resenhas, que, daqui em diante, publicamos com fotos das capas das obras analisadas. Lorena Córdoba discute o livro de Isabelle Combès, *Para una etnohistoria de los últimos tobas de Bolivia / Hijos del Pilcomayo. Los últimos tobas de Bolivia* e Paulo Büll resenha o livro de Uirá Garcia, *Resistir no céu, viver na Terra. Awá-Guajá. Crônicas de Caça e Criação*.

Por fim, assinalamos que a *Revista de Antropologia*, que sempre foi comprometida com o acesso aberto, inicia publicação continuada a partir do número atual. Sendo o periódico mais antigo da área de Antropologia, a *Revista* adere ao movimento de reflexividade, trabalhando no sentido de rever a estrutura racista e desigual na qual se insere tanto em relação à lógica de publicações quanto de seu quadro de colaboradoras e colaboradores. Esse compromisso vem sendo aprimorado no sentido de minorar o sofrimento humano produzido por estruturas de opressão e, concomitantemente, pretendemos, nesse processo, contribuir para a construção de uma sociedade que não esteja baseada no ódio, tampouco em sua disseminação. Perguntamos, assim, às leitoras e aos leitores deste periódico: em que sociedade vocês desejam viver?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCARAZ, Antonia Olmos. 2020. Racismo, Racialización E Inmigración. Aportaciones desde el enfoque de(s)colonial para el análisis del caso español. *Revista De Antropologia* 63 (2): e170980. DOI: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2020.170980>

BRAZ, Camilo; ALMEIDA, Anderson Santos. 2020. Espera, Paciência E Resistência. Reflexões antropológicas sobre transexualidades, curso da vida e itinerários de acesso à saúde. *Revista De Antropologia* 63 (2): e170813. DOI: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2020.170813>

CAYÓN, Luis. 2020. Disputas Fraternas E Chefia Bicéfala. Hierarquia e heterarquia no Alto Rio Negro. *Revista De Antropologia* 63 (2): e151160. DOI: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2020.171366>

DOMÍNGUEZ, María Eugenia. 2020. Um Lugar Onde Se Achar. Deslocamentos e rituais entre os Guarani do Chaco boreal paraguaio. *Revista De Antropologia* 63 (2): e157328. DOI: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2020.172072>

KLEIN, Charles; CARMO, Milena Mateuzi; TAVARES, Alessandra. 2020. Entre “nós” e “eles”. Subjetividades políticas nas sombras das eleições brasileiras de 2018. *Revista de Antropologia* 63 (2): e160722. DOI: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2020.171482>

LOPES, Pedro & MOUTINHO, Laura. 2012. Uma Nação de Onze Línguas? Diversidade social e linguística nas novas configurações de poder na África do Sul. *Revista Tomo* (UFS), v. 20, p. 27-57. <https://doi.org/10.21669/tomo.voiz0.859>

MAGALDI, Felipe. 2020. Nas Tramas Da Poção Mágica. Psicofármacos e criatividade em um hospital psiquiátrico carioca. *Revista De Antropologia* 63 (2): e164007. DOI: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2020.171315>

MOUTINHO, Laura. 2014. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cadernos Pagu*, (42), 201-248. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420201>

Moutinho, Laura & Carrara, Sérgio. 2010. Apresentação. *Cadernos Pagu*, (35), 9-35. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332010000200002>

MOUTINHO, Laura. 2004. Razão, “Cor” e Desejo: Uma Análise Comparativa sobre Relacionamentos Afetivo-Sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul. São Paulo: UNESP.

NASCIMENTO, Valdir Aragão do. 2020. Subvertendo a Ordem. Os Indocumentados e as Estratégias de Acesso à Saúde na fronteira de Ponta Porã/BR e Pedro Juan Caballero/PY. *Revista De Antropologia* 63 (2): e161823. DOI: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2020.170816>

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. 2020. Alteridade e Raça entre África e Brasil. Branquidade e descentramentos nas ciências sociais brasileiras. *Revista De Antropologia* 63 (2): e169457. DOI: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2020.170727>

SOUZA, Carla Cristina de; DUQUE, Tiago. Alguém a fim? Uma etnografia on-line em salas de bate-papo na fronteira Brasil-Bolívia. *Revista de Antropologia* 63 (2): e155710. DOI: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2020.170814>

Recebido em 25 de agosto de 2020. Aceito em 27 de agosto de 2020.